

UMA ANÁLISE GEOGRÁFICA DA EVOLUÇÃO DOS MOVIMENTOS DE BAIRO EM RECIFE-PE: UM MOVIMENTO SOCIAL VIVO E RELEVANTE

A GEOGRAPHIC ANALYSIS OF THE NEIGHBORHOOD MOVEMENTS' EVOLUTION IN RECIFE-PE: AN ALIVE AND IMPORTANT SOCIAL MOVEMENT

Cláudio Jorge Moura de CASTILHO¹

RESUMO

Pretende-se fazer aqui uma análise da natureza dos movimentos sociais de bairro em Recife no contexto do processo de globalização o qual, segundo Milton Santos, se apresenta mediante três dimensões, ou seja, ao mesmo tempo, como perversidade, fábula e possibilidade. Partimos do entendimento do mundo como ele é, hoje, isto é, de um mundo perverso notadamente para as pessoas mais pobres da sociedade; mas que é apresentado como um mundo justo em que todos têm condições de participar dele. Mostramos como se criam e difundem *fábulas* à permanência deste mundo simulado pelo capitalismo, mascarando a sua perversidade e, simultaneamente, sustentando que, um dia, todos conseguirão incluírem-se sócio-espacialmente nele. E, por último, vislumbramos, mediante as especificidades do lugar, possibilidades da construção de um outro mundo, não obstante a permanência de forças que entravam a realização deste objetivo o qual constitui a meta maior dos movimentos sociais em diversos lugares do mundo.

Palavras-chave: análise geográfica, movimentos sociais de bairro, contexto da globalização.

ABSTRACT

This article is an attempt to examine the nature of social movements of suburbs in Recife under the contemporary historic process of globalization. According to Milton Santos, the globalization's process is made by three levels: 'perversidade', 'fábula' and 'possibilidade'. The first one means that the real world, construct by the capitalism nowadays, is a social-economic and territorial situation full of 'perversity'. The second one refers to the simulation of this world is not perverse, but a good world like a 'fable', ie., like a unreal world created in order to make people think that they will have a better situation in the future. And the third one invite us to thinking in a 'possibility' to build another social-spatial organization, it's the main propose of social movements in many countries and regions in the whole world.

Key-words: geographic analysis, social movements, globalization's context.

¹ Professor adjunto do Departamento de Ciências Geográficas da Universidade Federal de Pernambuco (DCG – UFPE). E-mail: claudio.castilho@pesquisador.cnpq.br; cjmc@ufpe.br

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Em uma reflexão sobre os movimentos sociais, Gohn (1997) mostrou que existem várias teorias sobre a questão, algumas das quais vinculadas à ciência social norte-americana – de vertente *interacionista-funcionalista* – que destacava a ação coletiva, a mobilização de recursos e a mobilização política; e outras vinculadas à ciência social europeia que destacava as tendências neomarxistas, bem como a dos novos movimentos sociais. Para a mesma autora, as experiências variando desde ações coletivas, passando por movimentos reivindicativos e movimentos sociais, ocorridas em países latino-americanos, suscitaram diversas análises as quais se fundamentaram teoricamente ora nos paradigmas norte-americanos, ora nos europeus. Todavia, em nenhuma delas a dimensão espacial da sociedade foi abordada, sobretudo, como uma instância social, sequer como palco das ações dos grupos sociais.

Outros estudiosos, a exemplo de Scherer-Warren (1996), chegam a considerar a importância do espaço social, talvez pela leitura de trabalhos do campo da geografia; todavia, esta dimensão social é levada em conta na perspectiva do seu uso apenas pelas estratégias dos grandes projetos modernizadores do Estado, em sua aliança com os capitalistas. O espaço não é, assim, considerado como uma instância social usada e praticada pelos movimentos sociais, como meio e condição ao seu próprio acontecer.

Com efeito, por ser, em sua essência, um meio para elucidar e, ao mesmo tempo, intervir na sociedade, na perspectiva de mudá-la, a ciência possui como objeto de estudo a própria sociedade em sua existência, ou seja, a sociedade como uma totalidade em permanente processo de totalização, evoluindo em algum sentido. Por isto, considerando-se aspectos “humanos”, “físicos”, “estatísticos”¹ ou qualquer outro, a ciência não pode negligenciar o fato de que esses aspectos não se acham desligados dos interesses que articulam uma estrutura socioespacial, a totalidade social dos homens nos seus vários lugares de vida.

Como um dos campos do conhecimento social, a geografia estuda a sociedade; mas o faz pela análise espacial, ou seja, pela dimensão material usada e praticada pelos homens em sua existência social, ao longo do tempo de vida desses atores. Por isso, como dizia Santos (1980), além do fato de que a *sociedade sem espaço é pura abstração*, o espaço geográfico, ao ser usado e praticado pela sociedade, constitui uma *instância social* sem a qual a sociedade não existiria concretamente.

O espaço geográfico é usado na medida em que os homens, também organizados em movimentos sociais, sempre possuem o seu lugar de vida como referência à sua *práxis* – são os casos

dos conselhos de moradores do Morro da Conceição, da Ilha de Deus, de Brasília Teimosa etc. em Recife – fazendo desses espaços a base da sua existência; e é praticado quando o espaço torna-se uma condição à realização dos seus interesses de inclusão na dinâmica urbana, como experiência. Nesse sentido, o espaço geográfico constitui um produto das relações sociais de produção e, simultaneamente, uma condição à realização das próprias relações sociais de produção. Portanto, são os homens, em seu processo de existência, que usam e praticam o espaço com a intenção de atender os seus diversos interesses.

A importância do espaço na vida social dos homens em qualquer lugar já se faz compreendida há muito tempo, na medida em que se sabe o quanto o respeito de cada indivíduo na sociedade decorre, também, do lugar de onde ele vem. Neste sentido, usando-nos das próprias palavras de Santos (1987, p. 81):

Cada homem vale pelo lugar onde está: seu valor como produtor, consumidor, cidadão, depende de sua localização no território [...] Por isso, a possibilidade de ser mais ou menos cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está. Enquanto um lugar vem a ser condição de sua pobreza, um outro lugar poderia, no mesmo momento histórico, facilitar o acesso àqueles bens e serviços que lhes são teoricamente devidos, mas que, de fato, lhe faltam. (destaques do autor)

No processo permanente e inacabado de construção do espaço do cidadão, os movimentos sociais desempenham papéis fundamentais – não obstante tendências de *desencantamento* para com esses movimentos em função das suas limitações no sentido da transformação efetiva da sociedade – os quais têm acontecido para resolver problemas de caráter profissional, étnico, de gênero e de ausência de infraestrutura urbana em bairros das nossas cidades, dentre outros; dependendo, é claro, das especificidades socioespaciais de cada ator social.

Vale, então, lembrar que a ciência deveria, segundo (ALVES, 2005), pelo menos por um momento, abandonar a sua obsessão pela busca da verdade absoluta e perguntar-se sobre o seu real impacto na vida das pessoas, ou seja, sobre o seu papel efetivo na conservação da natureza, na saúde dos pobres, na produção de alimentos, na liberdade, enfim, no conjunto de elementos que, segundo ele, proporciona a felicidade dos homens.

Diante do acima exposto, ocupar-nos-emos de algumas das experiências dos movimentos sociais de bairro, implementadas por associações ou conselhos de moradores² ao longo do processo de construção do espaço urbano do Recife na perspectiva da conquista da cidadania; e isto para dar

continuidade a uma reflexão acerca do papel desses movimentos na vida das pessoas que moram – principalmente em áreas pobres – da cidade.

Por que razão, porém, ainda consideramos os movimentos de bairro? Além do fato da forte presença histórica desses movimentos, construindo uma malha territorial de bens de consumo coletivo, no espaço urbano do Recife, eles constituem, embora atualmente achando-se como que desacreditados por muitos cientistas, uma força em *estado de latência* a qual pode ser re-mobilizada a qualquer momento. Enfim, esses movimentos construíram uma densidade histórico-geográfica na cidade que não pode ser apagada da noite para o dia. Também gostaríamos de desmistificar o seu caráter, como dizem alguns, de organizações somente conservadoras, visto que existem, em seu seio, ações criativas e inovadoras impulsionadas pela busca de articulações mais amplas para fortalecerem suas lutas.

Antes de começarmos a nossa modesta reflexão, cabe ainda dizer que, na nossa visão, movimentos sociais constituem ações executadas por diversos grupos atores no sentido de concretizarem algum projeto de vida imaginado a fim de enfrentar as condições precárias de existência neste mundo tão desigual; e isto ora questionando as condições materiais de existência das pessoas envolvidas numa perspectiva de simplesmente serem inseridas na dinâmica social existente (continuando no capitalismo), ora questionando essas condições numa perspectiva de construção de outra realidade socioeconômica e espacial (como alternativa ao capitalismo).

Ainda que defendendo radicalmente esta segunda perspectiva, a nossa hipótese, inclusive já corroborada alhures (CASTILHO, 2002), é a de que, em geral, os movimentos sociais de bairro têm acontecido mais no sentido da primeira perspectiva. Isto quer dizer que esses movimentos questionam a sua condição de “inclusão precária” frente ao capitalismo e não a essência deste sistema, pendendo para o que Souza (2000), ao analisar o caso desses movimentos no Rio de Janeiro, chamou de *ativismo de bairro*, ou seja, de ação que se baseia, sobretudo, na reivindicação de bens e serviços para os lugares de vida dos atores envolvidos, sem mexer profundamente na estrutura socioespacial sob a qual atuam, limitando-se à provisão das necessidades dos seus territórios. Tendo em vista esta perspectiva com relação às ações sociais desses movimentos, outros autores o chamam de *movimentos populares*, distinguindo-os dos “verdadeiros” movimentos sociais.

Alguns autores, em certa medida, aproximam-se da ideia de movimentos sociais, como ações mais amplas tanto na perspectiva espacial como social. Neste caso, segundo Touraine (1988), movimentos sociais aconteceriam mediante o estabelecimento de três princípios básicos: os de identidade, oposição e totalidade. O primeiro fundamentando-se na construção histórica de vínculos

sociais, construindo e articulando interesses comuns; o segundo referindo-se à clareza com relação aos atores contra os quais elaborarão suas estratégias de luta e combaterão contra aqueles opositores; e o terceiro referindo-se a uma visão de amplitude quanto às escalas de ação da luta social, liberando-se de ações locais e articulando-as a contextos abrangentes³. E isto chegando a mexer e mesmo mudar a estrutura socioespacial existente. Se continuássemos, porém, tão rigorosos assim, praticamente não aceitaríamos a existência de movimentos sociais no Brasil, como fez o próprio Touraine.

Nós, entretanto, preferimos considerar os movimentos de bairro, aqui analisados, de movimentos sociais, inclusive segundo a concretização, ainda que não tão abrangente, dos princípios indicados por Touraine. Isto porque não podemos negligenciar as especificidades histórico-geográficas inerentes a lugares de uma região “subdesenvolvida” na qual existem diversos mecanismos que impedem a realização de saltos mais significativos no que concerne aos processos de organização e mobilização das ações sociais. Ademais, o estudo dos movimentos sociais não pode prescindir da apreensão e explicação da complexidade que envolve dinâmicas intrinsecamente imbricadas entre as diversas escalas do seu acontecer dentre as quais destacamos a local e a global; articuladas pelo conjunto de manifestações envolvendo intenções, necessidades, ideologias inerentes à construção do seu cotidiano.

Além disto, os movimentos sociais aqui abordados – dentre outras experiências – têm contribuído na constituição de uma nova organização socioespacial. No sentido da constituição de uma outra sociedade, Scherer-Warren (1996, p. 67-68) faz-nos lembrar do seguinte:

A diferenciação entre os velhos movimentos sociais e os novos movimentos sociais [onde se incluem os aqui abordados] pode ser encontrada nas formas de suas organizações e de encaminhamento de suas lutas. De forma breve pode-se afirmar que, quanto à organização, os primeiros incorporavam sobretudo formas clientelísticas e paternalistas de fazer política; em certas ocasiões utilizavam o instrumento da democracia representativa e não excluía, em outras, o recurso da violência física. As novas formas de organização no campo [e na cidade], por sua vez, valorizam a participação ampliada das bases, a democracia direta sempre que possível, e opõem-se, pelo menos no nível ideológico, ao autoritarismo, à centralização do poder e ao uso da violência física. Quanto ao conteúdo de suas lutas, os últimos como os primeiros possuem demandas específicas e por vezes defendem utopias de transformações sociais mais gerais. O que há de inovador é a luta pela ampliação do espaço da cidadania, incluindo-se aí a busca de modificações das relações sociais cotidianas.

Logo, nem os paradigmas puramente estruturais/deterministas e nem aqueles puramente calcados nas necessidades da vida cotidiana dos moradores das nossas cidades conseguem dar

conta da difícil tarefa de elucidação da sua realidade socioespacial. Se, por um lado, a crítica que se faz no sentido de mostrar que as experiências estudadas sempre buscaram sua autonomia frente a instituições tradicionais promotoras de organizações sociais a exemplo de igrejas, partidos políticos e membros corruptos do legislativo (vereadores, deputados); por outro lado, no caso desses movimentos buscarem autonomia frente àquelas instituições parece ter sido salutar à própria independência das suas ações frente ao clientelismo vigente no seu cotidiano. Com efeito, a abordagem dos *novos movimentos sociais* (NMS) exige:

A necessidade de rompimento com um imaginário político totalizante que só concebe a transformação em termos globais [...] e de conceituação estrutural totalizante [...]. Na medida em que os NMS se organizam em torno de uma pluralidade de atores, interesses, reivindicações e valores, o máximo que se poderá estabelecer são os possíveis pontos de articulação não-contraditórios, ainda que com certas diferenças (unidade com diversidade). [...] Por isso surge a necessidade de se pensar a transformação também a partir de pequenas brechas, rupturas, microrrevoluções no cotidiano e de suas possibilidades de penetração na sociedade envolvente. (SCHERER-WARREN, 1996, p. 76)

A autonomia da qual falamos diz respeito à liberdade de organização e de elaboração dos projetos e das práticas a serem implementadas pelos atores dos movimentos sociais, numa perspectiva que vai além das práticas heterônomas que têm guiado as relações de poder nas chamadas democracias ocidentais. Resultados de uma pesquisa de campo realizada por nós identificaram que os movimentos de bairro não se posicionam, em princípio, contra as instituições sociais que se acham presentes em seus lugares de vida *per se*; mas contra as suas ações e práticas que só visam à concretização de interesses particularistas e clientelistas:

A igreja [católica ou protestante] não é legal para resolver os problemas do nosso bairro [...] porque tem muita gente de outros credos que não podem entrar na igreja. [Além disso, acrescenta:] a igreja pensa mais em oração para aumentar o rebanho dela do que nos problemas da gente. (Entrevista com líder comunitário, em janeiro de 2002)

O partido político não adianta nada para nós [...] quando a gente vai votar a gente só se lembra do nome do candidato e não sabe em que partido ele está [...] nunca vi nenhum partido político chegar aqui no bairro, só político. (Entrevista com líder comunitário, em dezembro de 2001)

Político? O que é político? É aquele bicho que só aparece aqui no nosso bairro em tempo de eleição [...] não tem compromisso nenhum com a gente, com o que a gente quer para o bairro [...] e quando ganha a eleição só pensa nele e só ajuda aquele que trabalhou para ele. (Entrevista com líder comunitário, em dezembro de 2001)

Quase todas as falas colhidas ao longo da nossa pesquisa de campo apresentam as mesmas opiniões quanto aos papéis desempenhados pelas igrejas, pelos partidos políticos e pelos políticos –

profissionais – em seus lugares de vida. Diante dessa situação, será que não é mais salutar procurar a sua autonomia, a fim de se fortalecerem como atores sociais capazes de negociar o que é de fato interessante para o lugar de vida das pessoas?

Não estamos aqui querendo defender o isolamento e a fragmentação das ações desses movimentos sociais – o que também não seria ponderável –, mas a consolidação das ações de mobilização socioterritorial no sentido de se conquistar uma autonomia que fortaleça o lugar de tal maneira que os seus moradores consigam discutir e conquistar o que é melhor para suas vidas. Com isso, poder-se-á, inclusive, articular-se as demais organizações sociais de maneira mais livre, construindo uma força política mais ampla e socioespacialmente conseqüente.

Outro ponto que não devemos negligenciar quando estudamos a dinâmica do lugar – espaço (geográfico) vivido pelos homens ao longo do tempo – é que ele próprio é uma totalidade que faz parte de uma totalidade mais ampla que é o processo das relações capitalistas de produção, atualmente, em globalização, as quais, ao mesmo tempo, continuam engendrando uma sociedade desigual, resistências a esta desigualdade, ilusões para manter os seus princípios fundamentais e possibilidades de superação. Neste sentido, segundo Santos (2000), o lugar é, ao mesmo tempo, perversidade, fábula e possibilidade, dimensões inerentes ao espaço-tempo atual do capitalismo, tornando-se, neste texto, conceitos que nortearão a nossa análise.

1. UMA FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA E ESPACIAL PERMANENTEMENTE PERVERSA

A realidade existencial de pessoas vivendo em qualquer lugar, sob o capitalismo, constitui uma formação socioeconômica e espacial perversa. Isto porque os objetivos fundamentais dos agentes construtores dessa formação consistem, notadamente, na busca do lucro a todo custo, no crescimento econômico atendendo os interesses do mercado e na exploração da classe trabalhadora, objetivos que sustentam a continuidade de uma mesma realidade – a capitalista – a qual no espaço-tempo presente vem acelerando-se cegamente, numa racionalidade instrumental competitiva que agrava os problemas sociais.

Desse modo, sob a referida formação, os espaços urbanos, por exemplo, apresentam-se de modo socioterritorialmente não somente diferente – o que é aceitável – como também desigual, já que os lugares das cidades são construídos de maneira a atender, sobretudo, os interesses do mercado e, por sua vez, da acumulação de capital, buscando destruir identidades socioterritoriais

construídas ao longo da história de vida dos moradores de cada lugar; e implantando um modelo único – abstrato e concreto – de uma sociedade. Com efeito:

[...] para a grande maior parte da humanidade a globalização está se impondo como uma fábrica de perversidades. O desemprego crescente torna-se crônico. A pobreza aumenta e as classes médias perdem em qualidade de vida. O salário médio tende a baixar. A fome e o desabrigo se generalizam em todos os continentes. Novas enfermidades como a SIDA [AIDS] se instalam e velhas doenças, supostamente extirpadas, fazem seu retorno triunfal. A mortalidade infantil permanece, a despeito dos progressos médicos e da informação. A educação de qualidade é cada vez mais inacessível. Alastram-se e aprofundam-se males espirituais e morais, como os egoísmos, os cinismos, a corrupção.

A perversidade sistêmica que está na raiz dessa evolução negativa da humanidade tem relação com a adesão desenfreada aos comportamentos competitivos que atualmente caracterizam as ações hegemônicas. Todas essas mazelas são direta ou indiretamente imputáveis ao presente processo de globalização. (SANTOS, 2000, p. 19-20)

Recife, cidade de uma região “subdesenvolvida”, não só apresenta claramente as desigualdades socioterritoriais em seu espaço, inerentes ao modo da formação socioeconômica e territorial perversa dessa região, como também parece continuar repetindo este modelo de sociedade no curso do tempo do capitalismo. Uma breve olhada na **Figura 1** evidencia o que acabamos de dizer.



Figura 1 – Recife – Contraste socioterritorial em Boa Viagem: edifícios de luxo versus favela Entra-Apulso. Fonte: Foto cedida por uma orientanda do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, em 2007.

Esta é uma situação presente não somente em quase todos os bairros do Recife, como também de outras cidades brasileiras, já que o processo de crescimento econômico no Brasil não promoveu sequer a distribuição de renda desejada pela maioria dos brasileiros. Além disso, os aspectos inerentes a uma *globalização perversa*, segundo os moldes acima descritos, têm agravado ainda mais essa distribuição a despeito dos discursos políticos que defendem a estabilidade da moeda nacional e o acesso a bens de consumo coletivo. A **Figura 2** é bastante esclarecedora no que concerne ao que acabamos de dizer, na medida em que evidencia uma distribuição de renda muito desigual, no espaço urbano da cidade em questão.

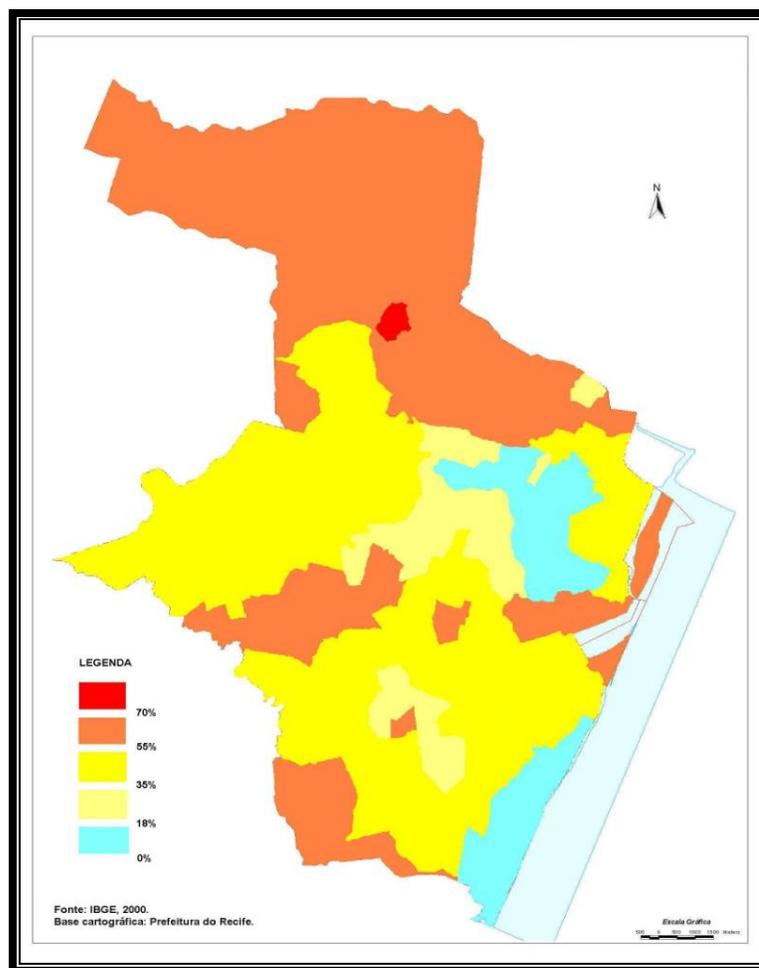


Figura 2 – Recife – Percentual dos chefes de domicílio que ganham até 02 salários mínimos no total de chefes de domicílio do bairro. Fonte dos dados: IBGE, 2000; base cartográfica: Prefeitura do Recife. Nota: Lembramos que um salário mínimo – cerca R\$ 380,00 (em junho 2007) – não era suficiente para o sustento de uma família em uma sociedade como a nossa, sobretudo, para famílias em que, em geral, o

número de pessoas por domicílio ainda é significativo. É verdade que durante o governo do Partido dos Trabalhadores (PT) ocorreu maior distribuição de renda no sentido das populações mais pobres das cidades brasileiras, tendo levado a avanços significativos em termos do acesso a bens e serviços. Porém, a estrutura socioespacial da cidade não mudou significativamente, sobretudo, em função da baixa qualidade de muitos desses bens e serviços.

Não se pode basear-se apenas na distribuição de renda de chefes de domicílio para definir situação de pobreza; todavia, fica patente a significativa presença de famílias cuja renda principal acha-se inferior a dois salários mínimos, inclusive em áreas muito valorizadas pelo mercado imobiliário da cidade a exemplo dos que se situam em bairros como Boa Viagem, Espinheiro, Graças e em outros que se acham nas áreas com percentuais somente entre 0 e 18% de chefes de domicílio ganhando até 02 salários mínimos. Portanto, existem áreas pobres em praticamente toda a cidade.

Muitas das pessoas que vivem nesses lugares não fazem parte da sociedade brasileira, segundo alguns, ou estão precariamente incluídos segundo outros. Quando muito, só lhes resta uma perspectiva de incluírem-se mediante práticas informais de trabalho, produção e consumo, implementando ações de mobilização isoladas e fragmentadas, apontando para um *corporativismo territorial*, assim como tem acontecido com algumas das mobilizações que possuem como base os interesses de categorias profissionais.

Neste sentido, Santos (1987, p. 76) já nos alertara, durante os anos 1980, para o fato de que: “Ações que têm por base intelectual e ideológica comportamentos corporativos têm eficácia reduzida ou nenhuma na formação da consciência social e como contribuição válida ao desenvolvimento social”. A este propósito, continuou ainda o mesmo autor a dizer que:

Marx [...] já lembrava o perigo de os indivíduos de uma mesma classe se tornarem inimigos na concorrência internamente travada entre eles próprios, em lugar de se organizarem para se exprimir eficazmente contra a classe dominante, cuja condução da sociedade impede que as classes dominadas busquem seu caminho através de uma ação conseqüente. (SANTOS, 1987, p. 76)

Para completar, a *invasão neoliberal*⁴ ocorrida no Brasil, principalmente, a partir do final dos anos 80 do século passado, defendendo noções de *Estado mínimo*, *privatização*, e *sociedade regulada pelo mercado*, influenciou na configuração de práticas de gestão urbana que começaram a não considerar mais os interesses dos movimentos sociais e enfatizando um processo de produção, sobretudo, capitalista do espaço geográfico, isto é, de uma cidade construída predominantemente para o mercado, o que foi, por sua vez, mascarado pela fábula da *cidade empresarial* ou *cidade*

CASTILHO, C. J. M. Uma análise geográfica da evolução dos movimentos sociais de bairro em Recife- PE *empreendedora*. Com isso, reforçou-se ainda mais o caráter perverso da formação socioeconômico e espacial da cidade.

Não se pode deixar de reconhecer os avanços que ocorreram no Brasil, durante os últimos doze anos, sob o governo, também Federal, liderado pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Contudo, esses avanços aconteceram mais no sentido do acesso a programas sociais – de distribuição de renda, habitação de “interesse social”, qualificação ao trabalho, etc. – do que no do aprimoramento da qualidade devida desses programas. Fato que, em meio a outros, provocaram as mobilizações ocorridas em meados do ano de 2013 nas grandes e em médias cidades brasileiras.

Com efeito, nunca a sociedade silencia-se por completo diante dos seus problemas cotidianos, passando a questionar as suas condições de existência e sempre suscitando novas ações sociais com base no seu lugar de vida. Daí a pertinência da criação, pelas classes dirigentes, de *fábulas* úteis à manutenção do modelo de sociedade existente, que ainda não está promovendo o bem-estar das pessoas que vivem nas suas cidades.

2. FÁBULAS À MANUTENÇÃO DA REALIDADE SOCIOECONÔMICO E ESPACIAL: DOS DESEJOS DE SUPERAÇÃO DAS CONDIÇÕES PERVERSAS DE EXISTÊNCIA À COOPTAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DE BAIRRO

Visando manter a formação socioeconômica e espacial existente, os agentes do capitalismo criam fábulas – discursos construtores e difusores de ilusões – que conseguem atenuar iminentes conflitos sociais, acalmando os ânimos dos contestadores do sistema. Nesse sentido, segundo Santos (2000, p. 18):

Este mundo globalizado, visto como fábula, erige como verdade um certo número de fantasias, cuja repetição, entretanto, acaba por se tornar uma base aparentemente sólida de sua interpretação [...].

A máquina ideológica que sustenta as ações preponderantes da atualidade é feita de peças que se alimentam mutuamente e põem em movimento os elementos essenciais à continuidade do sistema.

Até ao final do regime militar, o crescimento econômico obtido pelo Brasil – conhecido como *milagre econômico* – e o seu conseqüente apelo à inclusão social dos pobres pela industrialização em pleno processo de crescimento até ao final dos anos 80 do século XX funcionavam como uma fábula a qual, por seu turno, fazia permanecer a ordem socioespacial existente.

O advento da crise econômico-financeira do Estado brasileiro, aliado ao contexto mundial da invasão neoliberal, contribuiu para minar a fábula do milagre econômico, instalando no país uma crise social sem precedentes. Parece mesmo que, neste período, aceleraram-se de modo mais evidente aqueles princípios fundamentais à acumulação capitalista, sobretudo a partir do início dos anos 1990, sob a administração federal do presidente Fernando Collor de Mello.

Dentre os principais problemas intensificados durante aquele período destacamos os seguintes: aumento do desemprego, queda das expectativas de inclusão social que se vinham gestando ao longo do *fordismo periférico* brasileiro e crescimento dos índices de violência, engendrando a instalação, conforme Sá (2005) de uma *geografia do medo* em nossas cidades⁵.

Nesse sentido, a cidade torna-se, cada vez mais, um espaço de “prisões” em que, ao invés de promover encontros e reuniões para incentivar a reflexão acerca dos problemas existenciais dos seus habitantes, acaba incentivando desencontros e isolamentos, auto-encarcerando as pessoas pertencentes a todos os grupos sociais; o que poderia, em princípio, contribuir para a desmobilização social. Com isso, completam-se os aspectos da *globalização perversa* tratado na seção anterior deste texto.

Contemporaneamente, a noção de *cidade empreendedora* funcionou como uma outra fábula, ou seja, como uma ilusão de que a transformação das práticas de administração urbana numa gestão empresarial promoveria a tão almejada inclusão socioespacial do significativo número de homens e mulheres vivendo em lugares pobres da cidade sob o contexto de precariedade e exploração social acima lembrado.

Acrescenta-se a essas fábulas as promessas de provisão de programas governamentais de inclusão social como perspectivas de concretização dos desejos de inclusão não somente dos grupos sociais que sempre estiveram alijados dos benefícios promovidos pela urbanização ligada ao crescimento econômico do país como também de setores significativos da classe média, já que a crise social tomou dimensões gigantescas.

Para exemplificar o interesse do Estado – mesmo neoliberal – de suavizar iminentes tensões e mesmo conflitos sociais, a **Figura 3** mostra-nos a distribuição espacial dos cursos de capacitação ao trabalho, organizados por instituições não-governamentais e financiados pelo Estado, sob o governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso no sentido de, utilizando-se da organização espacial, manter, segundo já dissera Michel Foucault em sua *Microfísica do poder*, os interesses sociais das classes dirigentes. (CASTILHO, 2007)

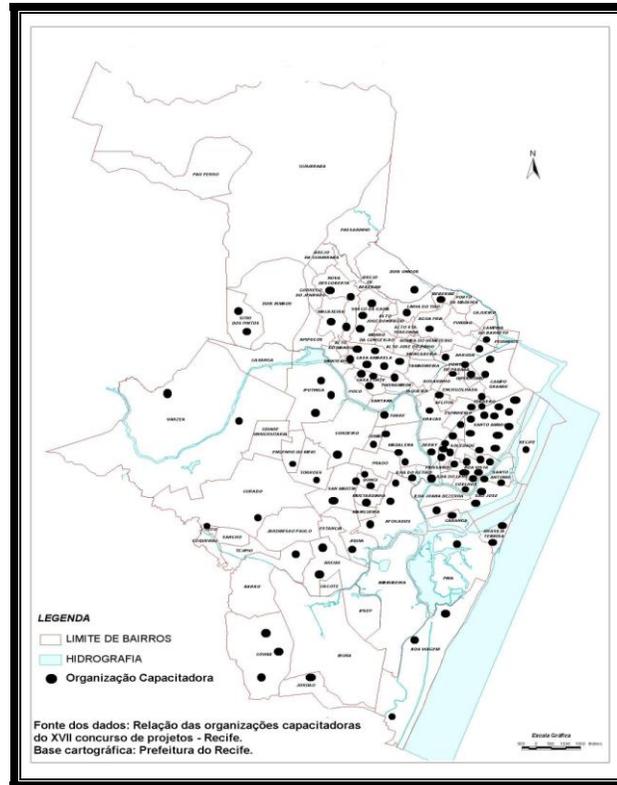


Figura 3 – Recife – A distribuição espacial das organizações capacitadoras que ofereceram cursos de capacitação ao trabalho pelo programa de capacitação solidária até o ano 2000. Fonte dos dados: Programa Comunidade Solidária, 2002. Base cartográfica: Prefeitura do Recife. Nota: Essas organizações capacitadoras ofereciam cursos os mais variados, voltados, sobretudo, para estimular a implementação de táticas de complemento da renda total da família: assistente de pedreiro, introdução à informática, etc.; eram oferecidos de modo intermitente, sem criar – nem considerar durante o seu planejamento e a sua realização – vínculos fortes com as pessoas do lugar onde eram oferecidos. Mas, ao fazerem-se presentes naqueles lugares, contribuíram para atenuar descontentamentos sociais, promovendo a fábula de que, em algum momento no futuro, poder-se-ia conseguir a tão almejada inclusão social.

Nota-se certa coincidência entre a localização dessas organizações capacitadoras e a localização dos chefes de domicílio ganhando até 02 salários mínimos, evidenciando a necessidade de “distribuir as migalhas que sobravam” da acumulação global entre setores sociais que reivindicam a sua inclusão social.

Fica, assim, muito claro o interesse do Estado o qual, em momento de imposição do neoliberalismo, pretendeu tornar-se presente em vários lugares da cidade a fim de, com o financiamento dos projetos apresentados pelas organizações capacitadoras – geralmente lideradas por ONG s, conselhos de moradores, clubes de mães etc. –, passar a ideia de que estava fazendo o

possível para promover a inclusão social dos grupos sociais que se mobilizavam para obtê-la. Muito embora este *estar presente* nos referidos lugares – o que nos remete ao conceito do uso da *proximidade geográfica ou territorial* – representasse uma estratégia do Poder para criar ilusões a fim de manter a situação existente. (CASTILHO, 2003)

É dessa maneira que devemos ficar atento para problemas inerentes ao contexto da globalização no Brasil, a partir dos anos 90 do século XX. Nesse sentido, conforme Gohn (1997, p. 314-315):

[...] a ação reivindicativa tradicional, presente nos movimentos sociais dos anos 80, transformou-se em ações solidárias alternativas, nos quais se parte de necessidades que devem ser enfrentadas coletivamente e não apenas demandadas. Os demandatários serão também os executores da implantação e da gestão do serviço reivindicado. [...] Necessariamente tais ações deixam de se estruturar como movimentos sociais e passam a ser articuladas em grupos organizados, com certo grau de institucionalidade. Estes devem ter como referência projetos, propostas de soluções, sugestões, planos e estratégias de execução das ações demandadas. O poder público se transforma em agente repassador de recursos. A operação é intermediada pelas ONGs. [...] Ou seja, as ONGs saíram da sombra, deixaram de ser meros suportes técnicos em orientações tidas como 'pedagógicas' e financeiras às lideranças populares, e passaram, elas próprias, a desempenhar os papéis centrais nas ações coletivas. [...] A quantidade de reuniões, assembléias, atos públicos e o próprio número de militantes foi substituída por ações qualitativamente mais estruturadas. Antes os movimentos utilizavam sedes e sindicatos e a própria infra-estrutura dos partidos políticos. Nos anos 90 – por meio das ONGs – passaram a ter infra-estruturas próprias, a se utilizar mais de recursos tecnológicos como computadores e redes da Internet (em alguns casos). As ações sendo menos de pressão e mais de organização da população, voltada para algum programa efetivo, necessitam de suportes materiais. [...] Estes projetos são financiados por outras ONGs ou por programas governamentais, ou pela própria comunidade. Para que tenham continuidade, precisam de eficiência. Arma-se portanto um ciclo onde não há tempo a se gastar com mobilizações por demandas não atendidas. A oficina de pães, por exemplo, precisa produzir, precisa cobrir os custos, precisa manter a qualidade e o preço abaixo do mercado para ter demanda de consumo. Ou seja, a movimentação da rede social passou a girar em torno do fazer, do movimentar processos de produção que gerem produtos ou empregos, na economia informal.

Com isso, muitas lideranças de conselhos de moradores foram cooptadas na medida em que deixavam de atuar nas lutas gerais do bairro para coordenarem projetos de cursos de capacitação ao trabalho, os quais se tornavam o principal alvo das pessoas situadas em áreas de bairros pobres das cidades brasileiras.

Contudo, não obstante a existência dessas fábulas, funcionando como instrumentos de enquadramento social – ao lado de meios de acesso ao consumo, ações de instituições religiosas,

inserção em atividades informais etc. –, sempre há resistências, ou melhor, reações sociais as quais acabam influenciando nos rumos do processo de imposição dos interesses capitalistas dominantes.

Os movimentos sociais urbanos de meados de 2013, fruto da autoconscientização de que a sociedade ainda estava distante da efetiva mudança social, retornavam às ruas. Isso ficou patente, sobretudo, quando o conteúdo das suas reivindicações representava desejos da conquista da qualidade dos diversos programas sociais aos quais vinham tendo acesso nos últimos tempos, bem como a concretização do seu bem-estar. Daí porque essas mobilizações também atraíram muitos moradores de bairros pobres das cidades.

Essas reações representam os desejos de superação das condições perversas de existência da parte das pessoas que sempre estiveram alijadas das benesses do processo de crescimento econômico brasileiro – dos pobres que têm vivido historicamente numa situação de *espoliação urbana*. Elas são responsáveis pela criação de possibilidades reais de mudança social, sem as quais não se terá uma sociedade diferente, na direção da construção do espaço do cidadão como condição *sine qua non* ao bem-estar social.

3. POSSIBILIDADES REAIS DE MUDANÇA DAS CONDIÇÕES PERVERSAS DE EXISTÊNCIA TENTANDO PRODUZIR UM ESPAÇO DIFERENTE

Como a realidade é contraditória, também não podemos negligenciar as possibilidades de mudança das condições precárias de existência das pessoas que vivem na precariedade sob o capitalismo, desmanchando as fábulas criadas para a manutenção dessa realidade, bem como combatendo as tendências homogeneizadoras reforçadoras do pensamento único o qual coloca os interesses do mercado acima de tudo e impulsionam a competitividade desumanizadora das pessoas. Assim, convém reiterar que:

[...] podemos pensar na construção de outro mundo, mediante uma globalização mais humana. As bases materiais do período atual são, entre outras, a unicidade da técnica, a convergência dos momentos e o conhecimento do planeta. É nessas bases [...] que o grande capital se apóia para construir a globalização perversa de que falamos acima. Mas essas mesmas bases técnicas poderão servir a outros objetivos, se forem postas ao serviço de outros fundamentos sociais e políticos. Parece que as condições históricas do fim do século XX apontavam para esta última possibilidade. Tais novas condições tanto se dão no plano empírico [formação e reforço de uma sociodiversidade] quanto no plano teórico [elaboração de um novo discurso]. (SANTOS, 2000, p. 20)

Essas possibilidades sempre foram tentadas, inclusive por iniciativas sociais como as dos movimentos de bairro, em vários lugares do mundo. Porém, não se conseguiu ainda dar saltos mais significativos no sentido da construção de uma outra ordem socioespacial. Mas por que isso não aconteceu? Embora a formação das associações ou conselhos de moradores – os principais atores dos movimentos sociais de bairro – tenha começado a ocorrer, em Recife, nos anos 1930 e 1940, foi a partir dos anos 1950 e 1960 que as suas ações intensificaram-se, incentivadas e, muitas vezes, norteadas pelos prefeitos de visão mais progressista a exemplo de Pelópidas Silveira e Miguel Arraes de Alencar: o primeiro mediante a implantação das *audiências populares* e o segundo mediante o *movimento de cultura popular* no âmbito de outras experiências menos autoritárias de gestão (CEZAR, 1985).

Durante a ditadura, instaurada em 1964, com o golpe de Estado liderado pelos militares no Brasil, os movimentos sociais foram reprimidos, sobretudo com o apoio legal do AI-5, o que durou até mais ou menos o final da primeira metade dos anos 1970, com o início do processo de distensão do governo militar. Foi, principalmente, ao final desta mesma década, com a abertura política, que os movimentos sociais – incluindo aí os movimentos de bairro – retomaram seu processo de organização, e mesmo de articulação, que se vinha engendrando no seio da sociedade brasileira antes da ditadura.

Mas isso não quer dizer que ao longo daquele período, não obstante o autoritarismo do Estado e a repressão social, os movimentos sociais tenham desaparecido por completo. A abordagem dinâmica e processual – diferente de uma abordagem estática e linear – da História tem mostrado que durante aquele período, sob as asas da Igreja Católica⁶ norteada pela teologia da libertação, a sociedade continuava de uma certa feita organizada e discutindo os seus problemas cotidianos. Nesse sentido, esta igreja constituía um espaço de refúgio dos movimentos sociais em contexto de repressão não somente às suas ações, mas também à sua própria existência como movimentos sociais.

Os movimentos de bairro, achando-se como que em estado de latência durante a repressão, retomou o seu fôlego e começou a liberar-se do espaço da Igreja Católica justamente nos anos 1980 quando um período de maior abertura política, no contexto do processo batizado de *transição democrática*, possibilitou eleições nas cidades capitais com população acima de 200.000 habitantes, dando fim ao período dos *prefeitos biônicos*. Isto levou aos executivos municipais políticos mais progressistas, embora, posteriormente, alguns destes tenham-se mostrado populistas com o tempo.

Em meados dos anos 1980, a primeira gestão municipal eleita pelo sufrágio universal pós-ditadura em Recife resgatou procedimentos das experiências de gestão urbana mais descentralizada e participativa, mediante a estratégia do *programa prefeitura nos bairros* (CASTILHO, 1992; 2000). Esta, porém, não se diferenciou muito, em sua natureza populista, da experiência de setores da direita com a estratégia dos *núcleos de planejamento comunitários*.

A despeito do caráter populista dessas experiências de gestão, elas representaram, de uma certa feita, uma maior aproximação entre o executivo municipal e os lugares de vida das pessoas. Com isso, passava-se a ideia de que o Estado tornava-se mais próximo das necessidades sociais, quebrando, inclusive, vínculos criados com os políticos do legislativo que intermediavam, de maneira clientelista, as relações dos moradores dos bairros pobres com a Prefeitura, para reforçar seus “currais eleitorais”.

Nesse contexto, várias associações de moradores eram criadas, algumas das quais funcionando como verdadeiros suportes da gestão local do Estado, sobretudo em momentos de crise hegemônica. A **Figura 4** mostra a densidade da malha territorial dessas associações, criadas, sobretudo, desde meados da primeira metade do século passado.

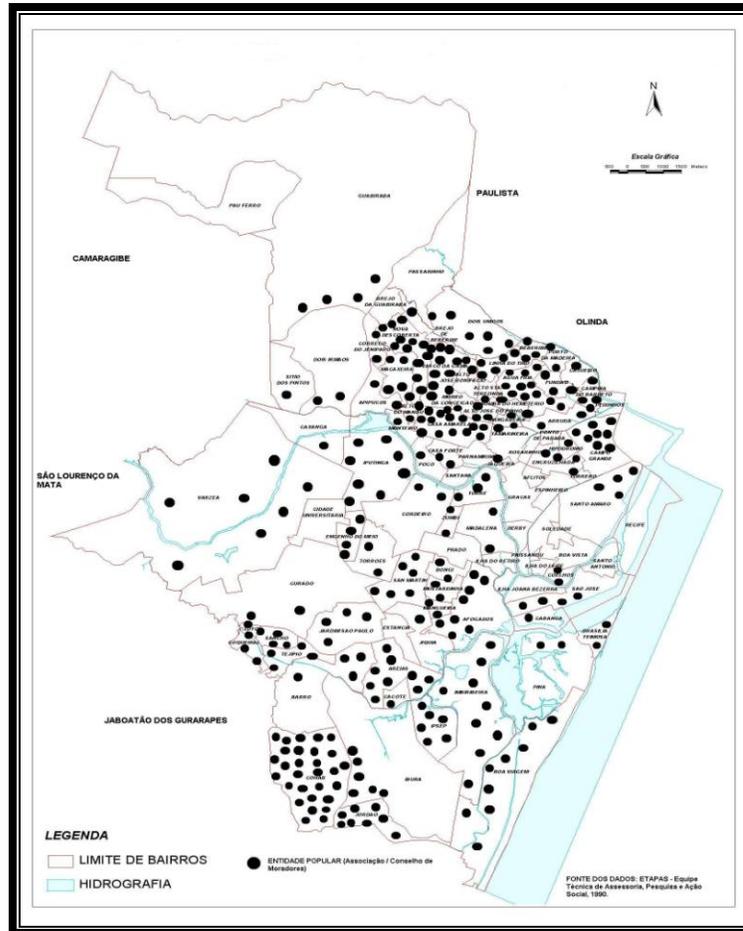


Figura 4 – Recife – Distribuição espacial das entidades populares em 1990. Fonte dos dados: ETAPAS. Base cartográfica: Prefeitura do Recife.

Com efeito, criaram-se associações, conselhos de moradores, clubes de mães e outras instituições de organização com base territorial em praticamente todos os bairros do Recife. Ademais, se compararmos a distribuição espacial dessas instituições com a distribuição espacial dos chefes de domicílio ganhando até 02 salários mínimos por mês (vide Figura 2), notamos que também existe certa coincidência entre as áreas de maior concentração destas instituições e aquelas, também, de maior concentração de pessoas de baixa renda. Com efeito, essas formas de organização territorial constituem alguns dos principais canais de discussão e pressão no sentido da conquista de melhores condições de vida para aquelas pessoas.

Os movimentos de bairro constituíram – e ainda podem constituir – espaços importantes de lutas das populações de baixa renda, na medida em que a reunião no espaço favorece inquietações impulsionadoras da criação e inovação; e isto através da capacidade de proporcionar formação de

consciência quanto aos problemas vividos, protestos, reivindicações e imaginação de projetos alternativos de reorganização socioespacial para os lugares de vida dessas populações.

Se na Europa e nos Estados Unidos os movimentos sociais que surgiram nos anos 1970 e 1980 – chamados também de “novos movimentos sociais”, sobretudo pelo seu caráter de autonomia frente a formas tradicionais de organização – lutavam pela defesa de direitos humanos e do meio ambiente, nas áreas pobres das nossas cidades, desprovidas de serviços sociais mínimos garantidores das condições do bem-estar social na cidade moderna; os movimentos de bairro constituíam canais de organização e mobilização social à conquista, principalmente, de bens de consumo coletivo, o que para os moradores daquelas áreas era mais essencial do que mobilizações em torno de questões, por exemplo, como gênero e meio ambiente.

A este respeito, Freire (s/d) destacou o papel do movimento de bairro em Casa Amarela como fundamental na conquista da posse da terra para os seus moradores, através do movimento *terras de ninguém*; experiência que, sem dúvida, entre outras, influenciou nas estratégias de ações de outros conselhos de moradores os quais também lutavam pela posse da terra. Essas lutas culminaram com a instituição das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) (**Figura 5**), ou seja, áreas pobres cujos moradores, mediante as suas mobilizações socioterritoriais, conquistaram o direito de se manterem no lugar historicamente escolhido por eles mesmos e construído para morar, obtendo ganhos significativos frente à voracidade da especulação imobiliária.

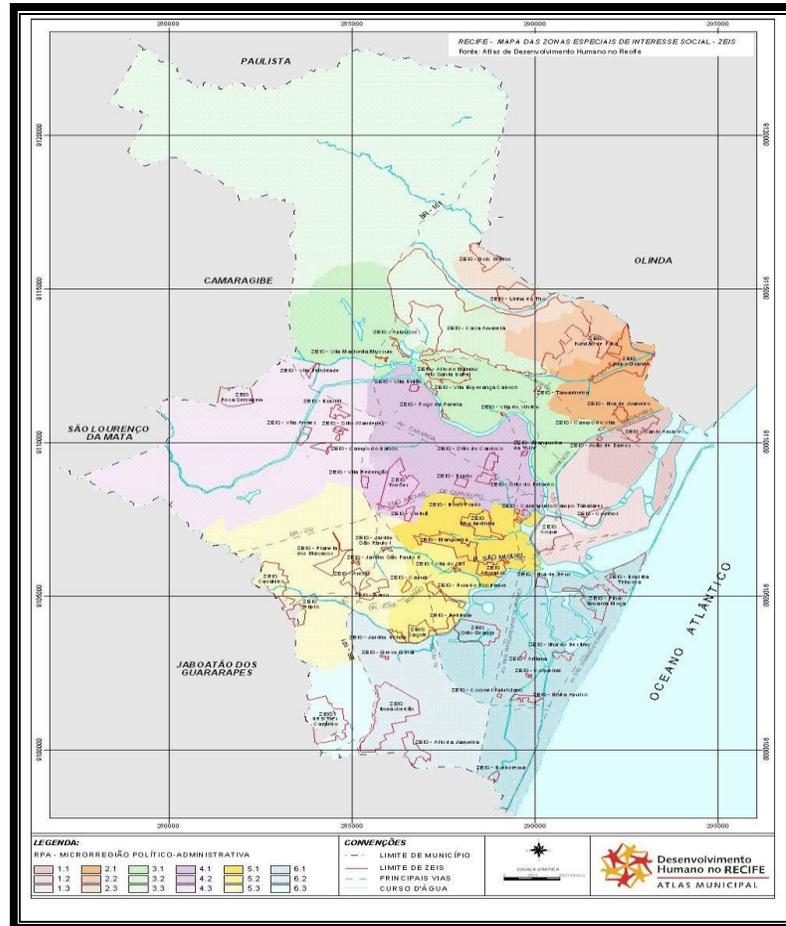


Figura 5 – Recife – Distribuição espacial das ZEIS. Fonte: Atlas de desenvolvimento humano no Recife, 2005. Apesar do número de ZEIS ter aumentado um pouco nos últimos anos, parece-nos que essa experiência ainda está precisando ser retomada e, por conseguinte, revitalizada no âmbito do processo dos movimentos sociais nas cidades brasileiras, notadamente pelo que ela tem a ensinar e somar às atuais práticas de mobilização urbana.

Com efeito, as ZEIS, presentes em quase todos os bairros da cidade, constituem lugares cuja propriedade do solo urbano passou a ser definida pelo seu uso social e não especulativo. Isso constitui uma conquista social dos movimentos de bairro que aconteceram no espaço urbano do Recife desde, sobretudo, os anos 80 do século XX⁷.

Vale reiterar, entretanto, que as ZEIS não abrangem todas as áreas pobres existentes na cidade, sendo estas últimas muito mais extensas, também, presentes em praticamente todo o espaço urbano da cidade. Apesar das ZEIS terem aberto canais para a conquista do acesso a obras importantes em termos de infraestrutura urbana – pavimentação, drenagem, implantação de

CASTILHO, C. J. M. Uma análise geográfica da evolução dos movimentos sociais de bairro em Recife- PE
escolas, postos de saúde etc. – os moradores desses lugares ainda não conquistaram o seu *direito à cidade*⁸, construindo o seu *espaço do cidadão*⁹.

Esta experiência desembocou na criação e concretização, em 1987, do Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social (PREZEIS) o qual, na verdade, constitui um mecanismo de gestão “participativa” que criou normas e procedimentos para a regularização urbanística e fundiária em Recife. As ZEIS da cidade (sobretudo, aquelas que possuem Comissão de Urbanização e Legalização (COMUL), com os seus respectivos representantes, compõem a base do fórum do PREZEIS; instância da gestão urbana onde se discute e decide sobre a alocação dos investimentos da Prefeitura do Recife para as ZEIS, deixando de fora os moradores das áreas pobres que não são ZEIS. Daí o sucesso posterior, pelo menos no imaginário social, da experiência do Orçamento Participativo (OP) do qual falaremos um pouco mais adiante.

Outras conquistas dos movimentos de bairro são indiscutíveis a exemplo da fixação de equipamentos públicos urbanos – escolas (**Figura 6**), postos de saúde (**Figura 7**), creches (**Figura 8**) etc. – em bairros pobres do espaço urbano, sobretudo para melhorar as condições precárias de vida dos homens, das mulheres, das crianças e adolescentes ali residentes.

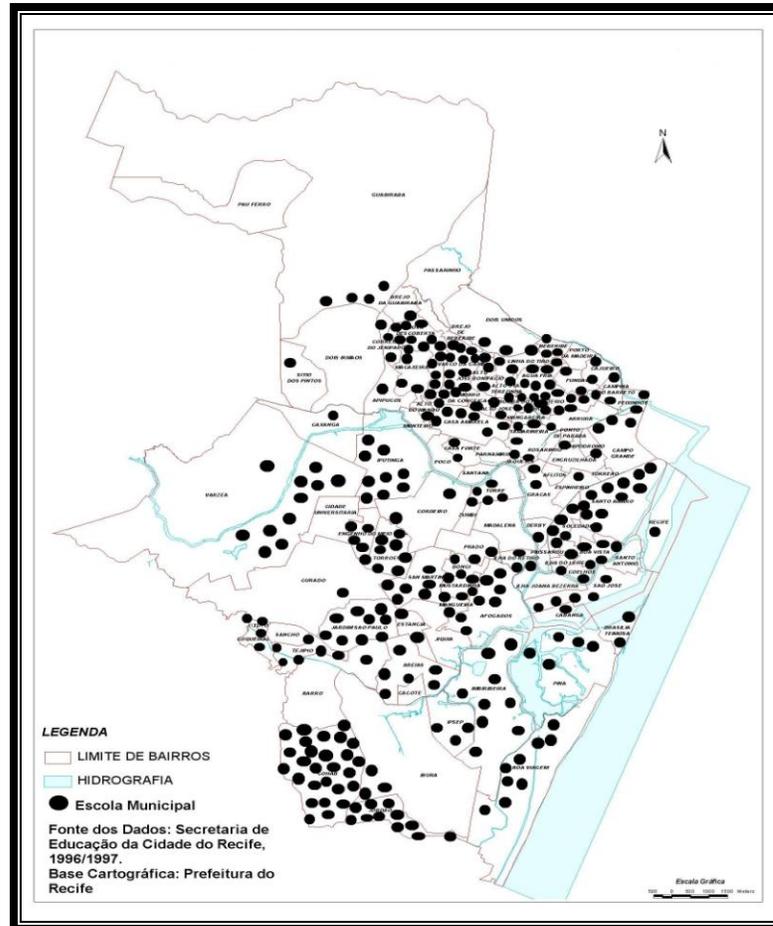


Figura 6 – Recife – A distribuição espacial das escolas públicas municipais. Fonte dos dados e base cartográfica: Prefeitura do Recife.

A expansão e organização espacial das escolas que compõem a rede de ensino público municipal do Recife representam, efetivamente, um dos resultados da conquista das pessoas envolvidas com os movimentos de bairro as quais, conscientizando-se da necessidade de promover o acesso das suas crianças à educação fundamental – vista como mecanismo de mobilidade social – passaram a pressionar o Estado, no caso o seu nível mais imediato, o da Prefeitura, a fixar escolas em seus bairros, conforme Castilho (1992).

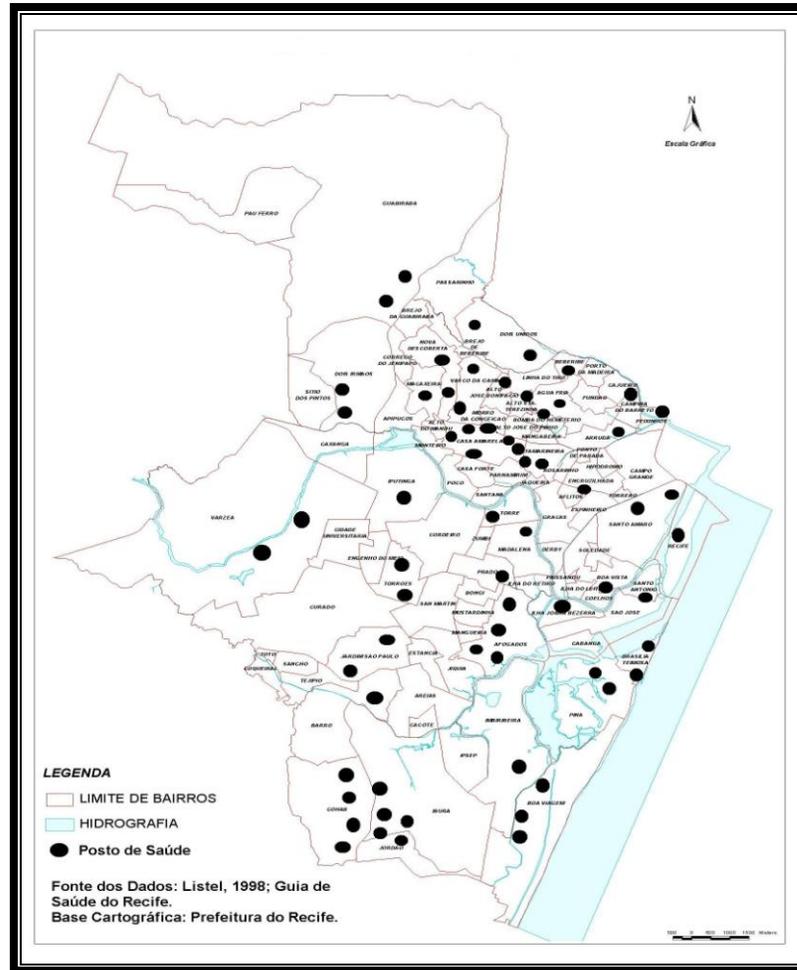


Figura 7 – Recife – A distribuição espacial dos postos de saúde da Prefeitura do Recife. Fonte dos dados e base cartográfica: Prefeitura do Recife.

Com efeito, os postos públicos de saúde da Prefeitura do Recife também foram fixados, principalmente, nos lugares que possuem conselhos de moradores atuantes no âmbito dos processos de mobilização socioespacial pela conquista de bens de consumo coletivo. A sua distribuição espacial, assim como a das escolas, creches, berçários e outros equipamentos, coincidem, também, com a localização da maior parte das populações de baixa renda.

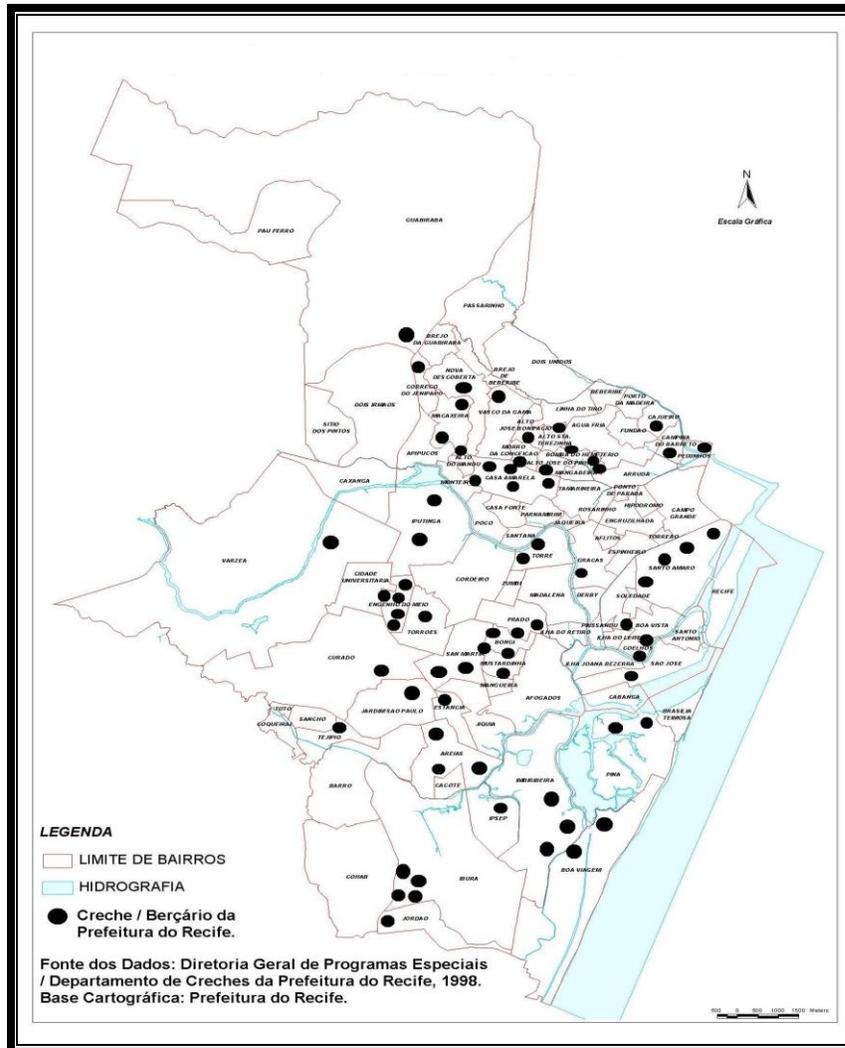


Figura 8 – Recife – A distribuição espacial das creches e dos berçários da prefeitura do Recife. Fonte dos dados e base cartográfica: Prefeitura do Recife.

Diante do exposto, não se pode desprezar o papel desempenhado pelos movimentos de bairro no que tange a construção e expansão das redes municipais de serviços sociais de ensino, saúde e cuidados para com as crianças. Isso tem representado um salto importante no processo de melhoria das condições de vida dos moradores de áreas pobres dos bairros do Recife. Pelo menos no que diz respeito ao acesso a esses bens.

Convém, então, continuarmos indagando por que razão essas mobilizações não conseguem ultrapassar a dimensão quantitativa – a da reivindicação do mero acesso a bens de consumo coletivo – tendo dificuldades de chegarem ao nível qualitativo das suas ações. Este nível refere-se ao

da qualidade do serviço prestado capaz efetivamente de formar cidadãos, no âmbito da articulação dos princípios de identidade, oposição e totalidade concernentes aos movimentos sociais.

As hipóteses mais aventadas acerca desse problema procuram explicações no caráter limitado da cultura das pessoas e lideranças envolvidas em áreas pobres da cidade; bem como na ausência de uma cultura política verdadeiramente democrática daquelas pessoas, dificultando a elaboração dos princípios definidores dos movimentos sociais já mencionados. Pensamos que se faz necessário ainda nos debruçar sobre esse problema, já que, em vez de abandonar uma alternativa de construção de mais um canal de mobilização em favor de outros, devemos recuperar todos os canais existentes, construindo e articulando redes de ações nas quais a diversidade deverá fazer-se presente.

Foi no período, portanto, de *slogans* como “prioridade número um aos pobres”, “a esperança está de volta”, “é povo de novo”, num contexto favorável à retomada dos movimentos sociais, que lideranças desses movimentos estimularam questionamentos e mobilizações sociais, passando mesmo a ocuparem áreas importantes do espaço da cidade. Isso lhes dava visibilidade e fazia tremer setores sociais conservadores ligados às classes sociais hegemônicas do país. Foram muitas as manifestações sociais nas ruas da área central histórica da cidade, em frente às sedes dos poderes instituídos, enfim, ameaçando a “ordem” estabelecida.

Em percebendo isto, políticos tradicionais lançaram mão, novamente, de táticas populistas mascaradas pelo uso do discurso de gestão descentralizada, democrática e transparente, conseguindo mais uma vez ludibriar inclusive parte de setores dos movimentos de bairro os quais se mobilizavam para conquistarem o acesso a mais bens de consumo coletivo para os seus lugares de vida.

Mas, ações políticas populistas, reforçadas pelo *corporativismo territorial* dos movimentos sociais de bairro, continuaram a deixar muitos moradores sem acesso a obras mínimas de infraestrutura urbana – pavimentação, drenagem, escadarias, canaletas, centros de formação profissional etc. – reforçadoras da promoção do espaço do cidadão. Isso foi, paulatinamente, afastando aqueles grupos sociais não atendidos pelos referidos políticos já que estes, de preferência, atendiam a solicitações dos “moradores amigos”, quer dizer, dos seus eleitores. Reforçando essa ideia, a partir do caso do Rio de Janeiro, disse Davidovich (1997, p. 293) que:

[...] a exigüidade de recursos para a intervenção urbanística, mesmo com o aporte dos empréstimos do BID resultará apenas no atendimento apenas parcial do território das favelas. Supõe-se que, desse modo, estarão criadas condições de

acirramento das diferenças internas, em função da exclusão e marginalização explícita de parcelas da população. Com efeito, no mesmo lugar, poderão coexistir uma área transformada, segundo padrões de bairro urbano, e uma área que vai persistir como favela e como setor desfavorecido.

Nos anos 2000, a experiência dos OP, em Recife, veio acrescentar algo interessante no processo de construção do espaço do cidadão, na medida em que ampliou as perspectivas de participação das lideranças comunitárias que não faziam parte do PREZEIS. Continuou-se, assim, a reforçar a tentativa de evitar o clientelismo que permanecia no âmbito das relações entre a Prefeitura e os moradores dos bairros pobres da cidade, através das lideranças dos movimentos de bairro. Todavia, segundo militantes destes movimentos, em vez de se somar esforços, inclusive considerando a longa experiência histórica construída na cidade deste a institucionalização do PREZEIS até aos nossos dias, a Prefeitura parece querer impor os orçamentos participativos como única forma de facilitar a sua gestão, desconsiderando outras experiências de mobilização. Cabe dar a palavra a membros participantes do PREZEIS:

O orçamento participativo não considera o que o prezeis já fez... ele é bom, mas não pode ser a única forma de administrar a cidade. [Entrevista com líder comunitário em 2003]

O prefeito João Paulo só vê o orçamento participativo, as verbas só são dirigidas para o orçamento participativo, o prezeis perdeu muito com isso. [Entrevista com líder comunitário em 2003]

O prezeis não tem mais força nenhuma, se ele já vinha sendo esvaziado, agora sem quase nenhum recurso grande, não tem mais força nenhuma. [Entrevista com líder comunitário em 2003]

Se por um lado os Orçamentos Participativos ampliaram a participação dos moradores nos fóruns de “discussão” sobre as prioridades a serem atendidas pelos investimentos da Prefeitura do Recife, já que desta vez não somente os moradores das ZEIS com COMUL, mas os de todas as áreas pobres da cidade poderiam “participar”; por outro lado, na visão de lideranças e moradores de bairros pobres, não se deve abandonaram-se as experiências criadas e acumuladas ao longo da história dos movimentos de bairro em Recife. E isto, sobretudo, pelo que esta experiência pode contribuir para uma pedagogia urbana conseqüente, isto é, aquela ligada efetivamente aos interesses da vida da sociedade como um todo.

Daí a instalação, novamente, de um estado de esmorecimento e marasmo dos movimentos de bairro os quais, por sua vez, não deixaram de existir, procurando, portanto, outras vias de ação que se aproximassem da formação de redes socioterritoriais de articulação, como o trabalho de

Martins (2006) leva-nos a crer ao analisar o caso do papel dos movimentos sociais no lugar Ilha de Deus (bairro Pina).

Este trabalho, orientado por nós, mostra o processo histórico de formação do espaço geográfico do lugar Ilha de Deus, ao longo da história da cidade, reforçando o papel das mobilizações socioterritoriais existentes, no contexto do capitalismo brasileiro, ou seja, com fortes desigualdades. Neste contexto o lugar constitui um espaço de coexistência de mobilizações sociais de tendências as mais variadas, destacando-se a experiência do grupo *Caranguejo Uçá* o qual busca ampliar suas perspectivas de mobilização social para além do nível local, implementando ações que extrapolam o nível do tático, aproximam-se do nível estratégico; o que, porém, não é novo na história dos movimentos sociais em Recife.

Neste sentido, Cezar (1985) havia apontado o fato de que os movimentos sociais em estudo, já no período dos anos 1950 e 1960, tentavam esboçar experiências de ultrapassar o nível local das ações, procurando articularem-se em federações – FEMEB, FEACA etc. – as quais discutiam e procuravam pensar em ações para resolução de problemas não somente de caráter infraestrutural, mas, concomitantemente, superestrutural ligados à necessidade de mudanças na estrutura social mais ampla e, portanto, engajando-se no processo de luta pelas reformas de base que amedrontavam as elites hegemônicas naquele período. Com isso, os movimentos de bairro terminaram politizando as condições de vida na cidade do Recife, inovando, assim, as lutas sociais.

Desse modo, qualquer tipo de mobilização social, inclusive aquelas que acontecem com base nos lugares de vida dos moradores das cidades, possui potencial para a formação e consolidação de autênticos movimentos sociais, respeitando os princípios fundamentais ao seu processo de construção; dentre os quais lembramos, novamente aqui os de identidade, oposição e totalidade. Nos anos 1990, já se reforçava essa necessidade na medida em que:

Se o respeito à diversidade é característica de alguns desses movimentos, os objetivos e valores comuns poderiam ser fortalecidos (e aí o papel dos mediadores é importante) através de uma aproximação destes movimentos. Alguma coisa já está sendo feita a este respeito, como, por exemplo, Encontros Regionais, Estaduais e Interestaduais de Movimentos Populares, que têm ocorrido com certa frequência. Os Centros de Educação Popular, a CUT e as Pastorais têm estimulado estas articulações. A integração do CUB (Conselho de União de Bairros/RJ) na FAMERJ (Federação das Associações de Moradores do Rio de Janeiro) objetivava a unidade e fortalecimento do movimento popular... (SCHERER-WARREN, 1996, p. 60)

Parece-nos que, em Recife, o *Caranguejo Uçá* possui uma compreensão clara de que se trata de um grupo vinculado ao seu lugar de vida – com fortes raízes culturais ligadas às condições de

vida no mangue – que precisa continuar atuando contra um processo de urbanização que vem, ao longo da história, submetendo a diversidade aos interesses do mercado, tendo ciência de que a articulação social em rede constitui uma ação mais eficaz no sentido da construção de um espaço em que a qualidade de vida e a justiça socioterritorial constituam princípios fundamentais.

Numa perspectiva ainda mais abrangente, achava-se, desde janeiro de 2005, em processo de formação, a *Rede da Resistência Solidária*, com base em lugares situados em 49 bairros do Recife. O objetivo maior deste movimento é promover um espaço para a troca de idéias e informações ao fortalecimento de uma “comunidade” entre as pessoas dos lugares envolvidos. Todavia, não obstante a importância destas experiências, é preciso atentar para a necessidade de não se isolar do contexto urbano mais abrangente, evitando táticas de ação pontuais, estanques e fragmentadas; e buscando elaborar estratégias de ação global e contínua no tempo e no espaço.

Aqui, os intelectuais – como *intelectuais orgânicos* – poderão entrar como impulsionadores de articulações entre os níveis locais e globais da ação social, mediante os seus estudos. Com isso, se consideradas essas experiências, os *movimentos de bairro* poderão dar saltos mais decisivos, no âmbito da sua trajetória social de luta por uma sociedade com justiça social e qualidade de vida, a partir da constituição de *movimentos a partir do bairro*. Nesse sentido, de acordo com Souza (2006, p. 286):

[...] com a luta *de bairro*, presa dentro dos limites de uma mentalidade ‘corporativa’ e vulnerável, em sua acanhada escala, perante os riscos e perigos de caciquismo, da pouca renovação de líderes etc., a tendência é, sem dúvida, que os ativistas atuem como um grupo de interesse como outro grupo qualquer. Nessas circunstâncias, a satisfação de uma demanda imediata tende a levar à dispersão ou à acomodação dos ativistas, e a associação de moradores, ou seja lá que organização for, passa a ter uma existência mais ou menos formal, ‘cartorial’ [...]

Na luta *a partir do bairro*, a satisfação de necessidades básicas materiais, ainda que seja, via de regra

[...], o elemento que deflagra a ação, não é o único. Os horizontes políticos mais amplos e a possibilidade (ou realidade) de articulação com outros ativismos e organizações em escala que vá além da microlocal vacinam contra a cooptação, ainda que não de modo inteiramente eficaz, e começa a conferir ao ativismo o perfil de um verdadeiro movimento social. (itálicos no original)

O caso recente ocorrido, em 2013, no Coque, que também é bairro e ZEIS em Recife, é bastante ilustrativo no que tange ao papel dos movimentos de bairro no tempo atual, pelo menos como uma base para a retomada de processos de lutas urbanas mais abrangentes. Em sendo

ameaçado pelo retorno de grandes projetos de operação urbana a serem executados em seu território, os moradores reativaram sua mobilização a partir de forças existentes no seu lugar e, articulando-se com outros setores da sociedade civil, mobilizou-se contra o objetivo principal desses projetos, isto é, a retirada e remoção das pessoas do seu espaço para, neste, construir equipamentos públicos e edifícios de interesses alheios à sua realidade de vida. Desse modo, o movimento Coque (R)Existe conseguiu redirecionar alguns dos objetivos desses projetos, fazendo valer seus interesses de permanecerem no seu território, continuando a fazer desta instância espacial um instrumento para fazer valer seus interesses.

Portanto, os movimentos sociais de bairro, pela sua importância no processo de produção do espaço urbano – ao ter contribuído, sobretudo, à promoção do acesso de pessoas pobres a bens de consumo coletivo, chegando mesmo a tentar articulações com outros tipos de ativismo social – constituem ações bastante relevantes na construção de outra realidade socioespacial. Claro que os movimentos de bairro precisam dar saltos mais amplos no sentido da construção de movimentos sociais mais fortes e atuantes – movimentos a partir do bairro.

Mas também aqui acreditamos que eles estão buscando isso ao construírem redes de organização e articulação a fim de ampliarem o entendimento da realidade onde vivem e, assim, elaborarem estratégias mais efetivas de ação: os exemplos aqui demonstrados, bem como outros casos analisados por colegas parecem seguir nesta direção. Daí a necessidade de continuarmos a pensar e refletir acerca do papel – talvez fundamental! – dos movimentos sociais de bairro no processo de mudança socioespacial concreta.

OBSERVAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, concordamos com Gohn (1997) quando diz que a conceituação dos movimentos sociais é uma tarefa de grande fôlego em função, sobretudo, da complexidade do próprio fenômeno dos movimentos sociais. Com efeito, existe uma grande diversidade não somente quanto ao tipo, mas também quanto às práticas desses movimentos, além da sua contínua dinâmica socioterritorial.

No caso, em particular, dos movimentos de bairro, acrescentamos as suas tendências de fragmentação, isolamento e dependência quanto a interesses particulares – eleitoreiros, sobretudo – de lideranças políticas; o que, de uma certa feita, dificulta ainda mais a tarefa de apreendê-los do

ponto de vista teórico-conceitual. Tarefa crucial à construção de um processo radicalmente diferente de produção do espaço geográfico dos lugares.

Contudo, guardando as suas especificidades, consideramos os movimentos de bairro, em Recife, como tipos de movimentos sociais específicos à realidade desta cidade, situada em região problema de país *subdesenvolvido*; ou seja, o que esperar de organizações sociais de lugares onde o *direito à cidade* e, por conseguinte, o *espaço do cidadão* ainda não existe? Por isso as suas ações são voltadas, primeiramente, ao acesso a bens de consumo coletivo e isto, notadamente, mediante a conquista de: obras de infraestrutura urbana (pavimentação de ruas, saneamento básico, construção de escadarias, canaletas e contenção dos morros etc.) e acesso a serviços sociais (educação, saúde, cultura, formação profissional etc.). Objetos espaciais e serviços sociais que, fixados nos lugares de vida das pessoas que necessitam deles, promovem o processo de valorização espacial do espaço e, por sua vez, dos indivíduos ali residentes, na medida em que cada pessoa também tem valor de acordo com o valor do lugar onde se acha localizada. Daí por que a conquista desses bens e serviços tem prioridade na pauta de reivindicação das suas ações.

Se, por outro lado, essas práticas acabam esgotando-se no momento da conquista daqueles bens e serviços, isto não quer dizer que as ações sociais aqui analisadas devam ser menosprezadas pelos pensadores na medida em que, de qualquer maneira, se tratam de ações questionadoras das condições precárias inerentes ao seu espaço vivido.

Claro que seria interessante que essas ações não se esgotassem, como já dito, no momento da conquista dos objetos e serviços reivindicados e continuassem num processo de ação mais abrangente e articulada, fazendo valer os princípios de identidade, oposição e totalidade em sua complexidade, passando do nível dos movimentos de bairro ao dos movimentos a partir do bairro. Mas o que esperar, vale reiterar, de indivíduos que ainda vivem em lugares nos quais ainda não existem bens e serviços sociais coletivos básicos à existência humana hoje numa cidade, sobretudo quando oriundos de meios familiares e escolares onde a cidadania ainda não existe. Será que, concretamente, não seria muito esperar mais dessas pessoas num tempo histórico tão curto?

Ao mesmo tempo, reforçamos a necessidade de implementação de metas fundamentais ao processo de mudança socioespacial das pessoas: a compreensão e conscientização de que o modelo social existente (capitalista) é perverso; desmontar as fábulas criadas para ludibriar as pessoas para mantê-lo forte; e procurar pensar e praticar outro modelo social de existência, contrário àquele imposto pelo pensamento único.

Estas metas pressupõem a implementação de, pelo menos, duas estratégias fundamentais de ação: (1) refutar, de uma vez por todas, a ideia de que o capitalismo existente é a única via para todos seguirem cegamente, instalando condições à construção de uma consciência universal calcada na sociodiversidade; e (2) reforçar as visões de mundo, as experiências e os anseios inerentes ao lugar de vida das pessoas, ou seja, ao espaço vivido e praticado pelas pessoas em seus diversos movimentos sociais.

No que concerne à primeira estratégia, questionando as idéias de pensamento e prática únicos acerca do desenvolvimento, Hassan Zaoual (2006) lembra-nos de que:

De fato, a experiência mostra que a economia do capitalismo ou, de modo geral, a *'modernidade'* não se transpõe de um lugar para outro e de cima para baixo. A complexidade das situações não se deixa enquadrar pelo reducionismo das ciências sociais, mas deixa entrever as interações que, simultaneamente, são de ordem simbólicas, éticas e econômicas cujo deciframento pressupõe, doravante, uma epistemologia muito mais aberta à diversidade e às crenças políticas que estão no coração das organizações e nos sistemas econômicos locais. Desse ponto de vista, a aventura do desenvolvimento é um *'bom laboratório de erros fecundos'*, desde que se tirem todas as conseqüências práticas e teóricas. É o que tenta fazer o programa científico do paradigma dos sítios [simbólicos de pertencimento], com intuito de incorporar em nossos saberes de economia, gestão e organização, as dimensões, até então negligenciadas, do território. Desse modo, obrigamos o mundo das abstrações a se aproximar dos mundos vividos dos atores da organização. Tal convergência só pode acontecer mediante uma verdadeira revolução nas maneiras de pensar o Homem, esse grande desconhecido das ciências do Homem. (Ibidem, p. 151-152) (itálicos no original)

Daí urge a necessidade de valorizar a história local, incluindo suas práticas e sua dinâmica própria, bem como seus avanços e as diversas tentativas de suas limitações. Nunca é prudente partir do zero, sobretudo quando se tem experiências ricas, densas e diversas. Isso remete à segunda estratégia. Numa linha semelhante à anterior e reforçando ainda mais o papel do território na busca de outra sociedade, Santos (1997) lembra-nos de que:

[...] os lugares também se podem unir horizontalmente, reconstruindo aquela base de vida comum, susceptível de criar normas locais, normas regionais... que acabam por afetar as normas nacionais e globais. Na união vertical, os vetores de modernização são entrópicos. Eles trazem desordem às regiões onde se instalam, porque a ordem que criam é em seu próprio e exclusivo benefício. Isso se dá a serviço do mercado, e tende a corroer a coesão horizontal que está posta ao serviço da sociedade civil tomada como um todo. Mas a eficácia dessa união vertical está

sempre sendo posta em jogo; e não sobrevive senão à custa de normas rígidas – ainda que com um discurso liberal. Enquanto isso, as uniões horizontais podem ser ampliadas, mediante as próprias formas novas de produção e de consumo. [...] Devemos ter isso em mente, ao pensar na construção de novas horizontalidades que permitirão, a partir da base da sociedade territorial, encontrar um caminho que se anteponha à globalização perversa e nos aproxime da possibilidade de construir uma outra globalização. Por enquanto, o Lugar – não importa sua dimensão – é, espontaneamente, a sede da resistência, às vezes involuntária, da sociedade civil, mas é possível pensar em elevar esse movimento a desígnios mais amplos e escalas mais altas. Para isso, é indispensável insistir na necessidade de um conhecimento sistemático da realidade, mediante o tratamento analítico de territórios, interrogando-o a propósito de sua própria constituição no momento histórico atual. (Ibidem, p. 206-207)

Nesse processo, cabe também lembrar da nossa tarefa – de Universidade, Grupo de Pesquisa, etc. – de intelectual, convém repetir, contribuindo para desconstruir o processo de alienação do espaço acima mencionado e, por sua vez, para promover, junto à sociedade, a elucidação da natureza da realidade sócio-espacial das pessoas. Somente assim começaremos a plantar a semente que germinará rumo ao fortalecimento do lugar de vida dos habitantes da terra, a fim de se posicionarem diante da racionalidade modernizadora do capital e de reivindicar e lutar, junto com os movimentos sociais, por um mundo mais justo. É difícil, porém não impossível imaginar isto desde que se considerem as condições, ao mesmo tempo, objetivas e subjetivas, reais das relações sociais do lugar. Nesse sentido:

A localidade se opõe à globalidade, mas também se confunde com ela. O mundo, todavia, é nosso estranho. Entretanto se, pela sua essência, ele pode esconder-se, não pode fazê-lo pela sua existência, que se dá nos lugares. No lugar, nosso Próximo, se superpõem, dialeticamente, o eixo das sucessões, que transmite os tempos externos das escalas superiores e o eixo dos tempos internos, que é o eixo das coexistências, onde tudo se funde, enlaçando, definitivamente, as noções e as realidades de espaço e de tempo. No lugar – um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições – cooperação e conflito são a base da vida em comum. Porque cada qual exerce uma ação própria, a vida social se individualiza; e porque a contigüidade é criadora de comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre organização e espontaneidade. O lugar é o quadro de uma referência pragmática do mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade. (Ibidem, p. 258)

As estratégias de ação acima apontadas tornam-se, portanto, cruciais ao processo de construção de projetos de vida dos moradores das cidades, construídos sob um capitalismo cada vez mais concentrador de renda e consolidador de fortes desigualdades socioterritoriais. Isto, mediante a articulação das suas ideias e práticas, implementadas no sentido da construção de projetos de

mundo radicalmente diferentes do atual, em que se façam valer o respeito ao outro e à diversidade, promovendo uma situação garantidora do direito à cidade e, por seu turno, do espaço do cidadão: condições essenciais à mudança radical da sociedade existente.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Rubem. *Filosofia da ciência*. 9ª. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos. Tática para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- CASTILHO, Cláudio Jorge Moura de. A organização espacial da rede de ensino público municipal na cidade do Recife. Dissertação (mestrado em geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, 1992.
- _____. Movimentos sociais urbanos e construção do espaço do cidadão em lugares pobres do Recife/PE: Uma história dos movimentos de bairro, conquistas e impasses, na busca da construção da cidadania. *Revista de geografia*, Recife, v.19, n.2, p.29-61, 2002.
- _____. Gestão de programas sociais de capacitação para o trabalho, na cidade do Recife: a proximidade territorial em questão. *Revista de geografia*, Recife, v.20, n.2, jul./dez. 2003.
- _____. Lugar e trabalho: uma reflexão sobre o papel do espaço geográfico em ações governamentais à promoção do trabalho. *Anais do IV Encontro Regional da Associação Brasileira de Estudos sobre o Trabalho / ABET*, realizando na Universidade Federal da Paraíba – campus João Pessoa, em 2007. p.665-674.
- CÉZAR, Maria do Céu. As organizações populares do Recife: trajetória e articulação política (1955-1964). *Caderno de estudos sociais*, Recife, v.1, n.2, p.161-182, jul./dez. 1985.
- DAVIDOVICH, Fany. Programa favela-bairro no município do Rio de Janeiro e política urbana: hipótese para pesquisa. In: SILVA, José Borzachiello da, COSTA, Maria Clélia Lustosa, DANTAS, Eustógio. *A cidade e o urbano*. Fortaleza: EUFC, 1997.
- FREIRE, Eliane Oliveira de Lima. Uma história social do movimento de resistência à ditadura militar de Casa Amarela – Recife – PE 1964-1985. www.anpuh.nepg.br/xxiii-simposio/anais/textos, capturado em 26 de junho de 2007.
- GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes, 1991.
- MARTINS, Ananda de Melo. De Ilha sem Deus a Ilha de Deus: um lugar ‘esquecido’ que se faz lembrar pelas suas mobilizações sócio-espaciais. Monografia (Bacharelado em geografia), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006. (orientada pelo Prof. Cláudio Jorge Moura de Castilho)
- SA, Alcindo José de. *O Brasil encarcerado. Das prisões fora dos presídios às prisões internas aos presídios: uma geografia do medo*. Recife: Ed. Universitária, 2005.
- SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova. Da crítica da geografia a uma geografia crítica*. 2ª. Ed. São Paulo: Hucitec, 1980.

- _____. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.
- _____. *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 1997.
- _____. *Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal*. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: São Paulo: Record, 2000.
- SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- SILVA, Neide Maria; AMORIM, Márcia Maria da Silva; MONTENEGRO, Antônio Torres. *Movimento de bairro. Repetição / invenção*. Recife: Equipe técnica de assessoria e ação social / Etapas, 1988.
- SOUZA, Marcelo José Lopes de. *O desafio metropolitano. Um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- _____. *A prisão e a agora. Reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- ZAOUAL, Hassan. *Nova economia das iniciativas locais: uma introdução ao pensamento pós-global*. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 2006.

NOTAS

¹ Destacamos com aspas os termos humano, físico e estatístico porque, na nossa visão, nada se acha isolado e separado de seu contexto histórico-social.

² Segundo Eliane Oliveira de Lima Freire (s/d), até os anos 70 do século XX os movimentos de bairro eram realizados mediante as associações de moradores de cada lugar. A partir de então, em função, sobretudo, de mudanças quanto à natureza das ações dessas associações, tornando-se explicitamente mais combativas contra a ditadura militar instaurada no país em março de 1964 e chegando mesmo a influírem em projetos de urbanização implementados pelo Estado, formaram-se os conselhos de moradores.

³ Talvez, atualmente, no caso do Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), seja aquele que mais se aproximaria deste conceito de movimentos sociais na medida em que: possui uma consciência social acerca dos seus problemas e das suas estratégias de ação, construindo uma identidade forte entre os seus membros; sabe claramente contra quem deve combater a fim de construir uma sociedade desejada, ou seja, o Estado capitalista e as grandes corporações; e tem consciência de que a sua luta não pode limitar-se ao nível local, sendo, portanto, uma luta que extrapola esta escala (geográfica), considerando, assim, a escala global (globalização), ou seja, o próprio processo histórico atual alimentado por uma globalização que só beneficia os interesses do mercado.

⁴ Referência ao subtítulo de um livro do sociólogo francês Pierre Bourdieu (1998) o qual, mesmo criticado por alguns teóricos vinculados à teoria social crítica mais radical, colocou de forma interessante elementos para a compreensão da influência da *força esmagadora* do avanço do projeto neoliberal no mundo contemporâneo; mas, ao mesmo tempo, admitindo a formação e a relevância de resistências a essa força, mediante os movimentos sociais.

⁵ Esta geografia do medo refere-se a um processo de organização espacial em que as pessoas começam a viver na própria sociedade como que encarceradas nos seus espaços residenciais (condomínios) e de consumo (centros comerciais), sob um contexto de medo geral nas cidades e, ao mesmo tempo, em função do crescimento de uma série de violências provocadas por um modelo de sociedade pleno de desigualdades e injustiças.

⁶ Com efeito, conforme Freire (s/d), esta instituição facilitou a continuidade das mobilizações sociais de bairro dando-lhes, principalmente, apoio simbólico, político e material. O primeiro tipo referindo-se à legitimação dos movimentos, o segundo à proteção e o terceiro ao fornecimento do espaço para a discussão dos problemas e de pessoal preparado oriundo da Faculdade de Serviço Social de Pernambuco.

⁷ As ZEIS foram criadas e institucionalizadas com a sua introdução na Lei de uso e ocupação do solo do Recife em 1983. Esses lugares representam, efetivamente, um dos resultados do processo de mobilização socioespacial de moradores de áreas pobres da cidade; instrumento mediante o qual esses moradores

puderam influir em decisões quanto à utilização dos recursos disponíveis da Prefeitura do Recife, destinados a investimentos em termos, sobretudo, de obras de infraestrutura urbana – No que investir? Onde investir?

⁸ O direito à cidade “ não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada. O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade”. (LEFEBVRE, 1991: 116-117; 135)

⁹ O espaço do cidadão, na trilha do conceito de direito à cidade, é aquele que oferece, no próprio território das pessoas, as condições, socialmente criadas, ao exercício efetivo da cidadania, ou seja, aquele que contém o conjunto de bens de consumo coletivo essenciais à formação de pessoas sãs, educadas e culturalmente preparadas para uma participação política com conhecimento de causa e energia: postos de saúde, escolas, centros culturais etc.